

Categoria aprova contas do Sindicato

A prestação de contas do Sisejufe foi aprovada pelos servidores do Judiciário Federal do Rio. Em assembleia no dia 22 de março, a diretoria apresentou os resultados positivos da gestão, entre eles o aumento do número de sindicalizados, que ultrapassou a marca dos 6 mil filiados, com reflexos na elevação da receita da entidade. Os números foram aprovados por ampla maioria e ressaltam a transparência e responsabilidade da atual direção na administração no sindicato. Também foram aprovadas as metas estratégicas e orçamentárias de 2017.

Página 3



Cem mil protestam contra a Reforma da Previdência no Rio

Nem mesmo a violência da Polícia Militar tirou o brilho e o ímpeto dos manifestantes que participaram de uma grande passeata pacífica no dia 15

de março contra a Reforma da Previdência. Cerca de 100 mil pessoas lotaram a Presidente Vargas em protesto contra as propostas do Governo Temer

que retiram direitos dos trabalhadores e funcionários públicos. Servidores do Judiciário Federal marcaram presença e uniram forças a demais cate-

gorias deixando claro que as propostas não serão aprovadas com tanta facilidade. O presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, ressaltou que

somente com mobilização a classe trabalhadora conseguirá barrar esses ataques.

Páginas 18 e 19



Charge Latuff



Editorial

Nada justifica dividir a categoria quando a unidade é mais do que necessária

Os servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada estão sob ataque cerrado do governo federal e do Congresso, sob o olhar omissivo e cúmplice da cúpula do Judiciário. As mobilizações tomam as ruas e a categoria está se conscientizando da necessidade de sair da zona de conforto e lutar contra a retirada de direitos.

É neste momento crucial de nossa história que se faz necessária a unidade. Entretanto, vemos movimentos irresponsáveis de alguns que querem dividir a

categoria por segmentos, criando sindicatos separados e que se isolam, prejudicando todo o conjunto de servidores.

É preciso ressaltar que assim como outras categorias (petroleiros, por exemplo), a nossa historicamente é composta por diversos segmentos, com suas particularidades, mas com reivindicações gerais. Deste modo, as lutas se dão em todas as frentes, buscando alcançar conquistas gerais, mas também as demandas específicas.

No Sisejufe, agentes de segurança, analistas, auxiliares

judiciários, oficiais de justiça e técnicos sempre tiveram espaço para apresentar suas bandeiras, mas colaborando em conjunto para que todos alcançassem direitos e conquistas amplas. Essa prática se reflete nos núcleos criados com esse intuito e é reconhecida pela categoria.

Portanto, essa tentativa de criar sindicatos por segmentos é apenas um oportunismo de alguns que, na tentativa de ter uma entidade para aparelhar e recolher imposto sindical, agem de modo individualista desprezando o conjunto de servidores. Nada

justifica dividir a categoria nessa conjuntura onde a unidade é mais do que necessária. Esse divisionismo serve aos interesses do “patrão” e pavimentam o caminho para a destruição do serviço público como desejam a Fiesp, a grande imprensa e os neoliberais.

O Sisejufe repudia todo tipo de movimento divisionista e conclama toda a categoria a se unir contra o ajuste fiscal e a destruição da Constituição de 1988.

Nenhum direito a menos!

Sisejufe vai intervir no STJ para garantir os 14,23%

O Sisejufe prepara intervenção no Pedido de Uniformização de Interpretação da Lei 60, que tramita no o STJ, em que será discutido direito à correção, em 14,23%, dos salários dos servidores prejudicados pela conhecida burla promovida pela VPI da Lei 10.698/2003. Preocupa a entidade o fato de que, embora o cenário estivesse caminhando para a consolidação do direito nos tribunais, o STF passou a suspender as vitórias administrativas e judiciais, principalmente com o argumento de que o Judiciário não estaria autorizado a conceder tal revisão feita com base em isonomia, não em lei (Súmula Vinculante 37).

Por isso, o sindicato intervirá para que o equívoco do STF não interfira negativamente no novo julgamento do STJ, não só para defender o direito aos 14,23%, mas para assegurar que ao menos seja ressalvada a situação dos servidores do Judiciário da União. Segundo o advogado Jean Ruzzarin, “a exceção se justifica porque a categoria é a única que conta com o Art. 6º da Lei 13.317, de 2016, que expressamente reconhece o direito e legitima provimentos judiciais e administrativos que concedem a correção. Se o argumento do STF é que inexistente lei, isso seguramente não se aplica aos servidores do PJJU”.

O advogado espera que o STF reveja o entendimento, considerando que os ministros Luiz Fux e Marco Aurélio rejeitaram reclamações da União contra decisões que concederam os 14,23% com base no Art. 6º (Rcl 25.655 e Rcl 24.965), pois o reconhecimento legislativo do direito afasta a incidência da Súmula Vinculante 37, garantindo direito aos servidores. (Assessoria Jurídica do Sisejufe).

Contraponto

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriana Aparecida P. Tangerino, Adriano Nunes dos Santos, Alexandre G. dos Santos, Amadenison V. Ramos, Amaro das G. Faustino, Ângelo Henrique V. da Rocha, Cláudio Vieira de Amorim, Dulavim de O. Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Eliana P. Campos, Fábio Filardi da Silva, Fernanda Estevão Picorelli, Fernanda Lauria, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Jorge Luiz F. de Queiroz, José Fonseca dos Santos, Jovelina Alves da Silva, Leonardo M. Peres, Lucena P. Martins, Lucilene L. Araújo de Jesus, Luís Amauri P. de Souza, Marcelo Costa Neres, Mariana Ornelas de A. G. Liria, Mário César P. D. Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Mauro Nilson F. dos Santos, Neli da Costa Rosa, Olker G. Pestana, Ricardo de A. Soares, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo S. Valverde, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Sonia Regina Rezende (*in memoriam*), Soraia G. Marca, Valter N. Alves, Williams F. de Alvarenga

ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda

EDIÇÃO: Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685)

REDAÇÃO: Max Leone (MTE RJ/19002/JP) – Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685)

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **CHARGE:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Ricardo Quiroga Vinhas, Max Leone, Valter Nogueira Alves e Vera Miranda
IMPRESSÃO: Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 7.300

Prestação de contas do Sisejufe 2016 é aprovada em assembleia geral

Cristiane Vianna Amaral *

Direção mostra resultados positivos, como o crescimento do número de filiados, que ultrapassou a marca dos 6 mil, com reflexos no aumento da receita

Os servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro aprovaram, em assembleia ordinária, em 22 de março, a prestação de contas do Sisejufe e a Previsão Orçamentária para 2017. O evento, realizado no auditório do sindicato, contou com a participação de dezenas de servidores. Todos os presentes receberam o informativo Fique Por Dentro, contendo os dados contábeis do balanço, o balanço das ações de 2016 e as metas estratégicas e orçamentárias para 2017.

Após a abertura da assembleia pelo presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, o gerente administrativo do sindicato, Marcelo Nobile, mostrou os resultados positivos da entidade, como o crescimento do número



de filiados, que ultrapassou a marca dos 6 mil, com reflexos no aumento da receita. Destacou também os benefícios para os filiados, como a sede campestre, fisioterapia, capacitação e outros convênios. Em seguida, apresentou o balancete de 2016.

Transparência e rigor no controle financeiro

Marcelo fez uma demonstração do novo programa de controle de contas, que tem o objetivo de dar mais transparência ao processo. Valter destacou o rigoroso gerenciamento financeiro do Sisejufe, que passa pelo controle interno do sindicato,

por uma auditoria independente e é analisado periodicamente pelo Conselho Fiscal.

Sindicalizados aprovam prestação por ampla maioria

O presidente do Conselho Fiscal, João Mac-Cormick, leu o parecer do colegiado e recomendou à Assembleia a aprovação da Prestação de Contas do Sisejufe, referente ao ano de 2016. O documento sugere que seja feito o comparativo entre o orçamento aprovado em 2016 e o efetivamente realizado, tendo em vista a adoção da nova classificação de contas, além de pequenas alterações, também relativas ao novo sistema.

O sindicato oferece vários benefícios para os filiados, como a sede campestre e convênios

Os sindicalizados aprovaram as contas de 2016 por esmagadora maioria e nenhum voto contrário. Houve apenas três abstenções.

Presidente apresenta proposta para 2017

Na sequência, Valter apresentou o planejamento para 2017. A receita prevista para esse ano é de R\$ 6.240.901,60 que

atenderá a previsão de gastos com atividades sindicais, eleições, mobilizações e gasto com toda estrutura sindical, além dos custos com departamentos e núcleos do sindicato. O presidente chamou a atenção para os investimentos em atividades políticas. A ampla maioria dos filiados votou favoravelmente, com apenas três abstenções.

*Da Redação

Delegação vai a Brasília contra reformas

O Sisejufe elegeu em 22 de março, os delegados para a Reunião Ampliada da Fenajufe. Foi apresentada uma única chapa, ligada à direção do sindicato, que terá 13 representantes. A Assembleia Geral Extraordinária, que aconteceu logo após a Prestação de Contas, reuniu 74 servidores.

A Reunião Ampliada da Fena-

jufe será no dia 8 de abril (sábado), em Brasília, para debater e deliberar ações de combate às reformas Previdenciária e Trabalhista.

A delegação também participará das atividades de luta contra Reforma da Previdência no dia 6 de abril e do Seminário sobre a Reforma da Previdência no dia 7.

Greve Geral



As Centrais Sindicais estão convocando todas as trabalhadoras e trabalhadores para a Greve Geral. A paralisação está marcada para o dia 28 de abril, em todo o país.

PLANEJAMENTO E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA SISEJUFE 2017

1. RECEITAS		
1.1	Consignações	R\$ 4.228.362,00
1.2	Projeção de Crescimento da Consignação - 5%	R\$ 211.418,10
1.3	Contribuição Qualicorp	R\$ 999.591,10
1.4	Projeção de Crescimento da Contribuição Qualicorp - 10%	R\$ 99.959,11
1.5	Contribuição Assistencial - Jurídico	R\$ 6.000,00
1.6	Contribuição Assistencial - Fisioterapia	R\$ 10.000,00
1.7	Imposto Sindical	R\$ 200.000,00
1.8	Hospedagem da Sede Campestre	R\$ 130.000,00
1.9	Disponibilidades de 2016	R\$ 355.571,29
	TOTAL	R\$ 6.240.901,60
2. DESPESAS		
2.1	Imobilizado	
2.1.1	Construção de três Suites da Sede Campestre	R\$ 110.000,00
2.1.2	Aquisição de móveis e utensílios	R\$ 50.000,00
2.1.3	Construção de áreas de convivência e quadra esportiva	R\$ 80.000,00
2.1.4	Benfeitorias - recuperação e construção de vias de acesso	R\$ 20.000,00
2.1.5	Paisagismo e Ornamentação	R\$ 15.000,00
2.1.6	Aquisição de Antenas e Decodificadores	R\$ 25.000,00
	TOTAL	R\$ 300.000,00
2.2	Administrativo	
2.2.1	Alimentação	R\$ 6.000,00
2.2.2	Despesas Cartorárias	R\$ 8.000,00
2.2.3	Condomínios	R\$ 68.000,00
2.2.4	Confecções de Carteiras para os Sindicalizados	R\$ 20.000,00
2.2.5	Confraternização - Final de Ano	R\$ 11.000,00
2.2.6	Contribuições a entidade filiada - FENAJUFE	R\$ 367.000,00
2.2.7	Despesas com Convênios e Parcerias	R\$ 1.000,00
2.2.8	Correios - Correspondências Diversas	R\$ 50.000,00
2.2.9	Custas Judiciais	R\$ 15.000,00
2.2.10	Despesas com Farmácia	R\$ 2.000,00
2.2.11	Despesas Financeiras (tarifas, encargos e taxas)	R\$ 15.000,00
2.2.12	Fotocópias	R\$ 3.500,00
2.2.13	Impostos, Taxas e Contribuições - Diversas	R\$ 1.000,00
2.2.14	Alocação de Recursos - Ação Judicial - IPTU	R\$ 100.000,00
2.2.15	IPTU e ITR	R\$ 5.000,00
2.2.16	IPVA	R\$ 2.000,00
2.2.17	Taxa de Incêndio	R\$ 1.500,00
2.2.18	Mandato Classista - LUCENA	R\$ 200.000,00
2.2.19	Manutenção de Equipamentos	R\$ 20.000,00
2.2.20	Manutenção Predial (Sede, Sede Campestre, Salas 444 e 1541)	R\$ 50.000,00
2.2.21	Passagens/deslocamento/transporte	R\$ 15.000,00
2.2.22	Publicação de Edital	R\$ 20.000,00
2.2.23	Seguros (Empresarial e Automóvel)	R\$ 20.000,00
2.2.24	Despesas com Energia Elétrica	R\$ 90.000,00
2.2.25	Internet (Oi, Mudivox e Vivo)	R\$ 23.000,00
2.2.26	Telefonia Fixa	R\$ 15.000,00
2.2.27	Telefonia Móvel	R\$ 95.000,00
2.2.28	CIEE - Administração de Estágio	R\$ 6.500,00
2.2.29	Assessoria Parlamentar e Orçamentário	R\$ 25.000,00
2.2.30	Serviços de Contabilidade	R\$ 28.600,00
2.2.31	Manutenção de Ar-Condicionado	R\$ 13.000,00
2.2.32	Manutenção da Copiadora	R\$ 15.000,00
2.2.33	Manutenção da Telefonia	R\$ 5.000,00
2.2.34	Manutenção de Móveis e Utensílios	R\$ 5.000,00
2.2.35	Manutenção de Aplicativos/Software (Pandora/Prolink)	R\$ 15.500,00
2.2.36	Manutenção Site, E-mail, Controle Reserva Sede Campestre e Mídias Sociais	R\$ 35.000,00
2.2.37	Manutenção do TI	R\$ 28.600,00
2.2.38	Mão-de-Obra - Terceiros - Pessoa Física	R\$ 50.000,00
2.2.39	Mão-de-Obra - Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 80.000,00

2.2.40	Lavanderia	R\$	1.000,00
2.2.41	Dispensa (Sede e Sede Campestre)	R\$	120.000,00
2.2.42	Manutenção Extintores	R\$	2.000,00
2.2.43	Suprimentos de Cama/Mesa/Banho - Sede Campestre	R\$	40.000,00
2.2.44	Material para Fisioterapia	R\$	7.000,00
2.2.45	Suprimentos de Máquinas e Equipamentos	R\$	2.000,00
2.2.46	Suprimento para Impressoras	R\$	25.000,00
2.2.47	Suprimentos de Informática	R\$	3.000,00
2.2.48	Despesa com Papelaria	R\$	25.000,00
2.2.49	Tv por Assinatura - SKY - sede sindicato	R\$	1.300,00
2.2.50	Aquisição de Uniformes	R\$	8.000,00
2.2.51	Manutenção dos Veículos e Abastecimento	R\$	50.000,00
2.2.52	Atualização de Equipamentos de Informática	R\$	30.000,00
	TOTAL	R\$	1.845.500,00
2.3	Pessoal		
2.3.1	Reestruturação funcionários Sisejufe	R\$	-
2.3.2	Incentivo Educação Formal funcionários	R\$	28.000,00
2.3.3	Capacitação Funcionários	R\$	10.000,00
2.3.4	Contratação e rescisão de funcionários	R\$	50.000,00
2.3.5	Vale Transporte	R\$	61.000,00
2.3.6	Auxilio Alimentação	R\$	280.000,00
2.3.7	Pagamento 13º salário	R\$	94.000,00
2.3.8	Encargos Sociais	R\$	343.000,00
2.3.9	Provisão de Férias	R\$	98.000,00
2.3.10	Folha de Pagamento	R\$	895.000,00
2.3.11	Estagiários(as)	R\$	63.000,00
2.3.12	Horas Extras	R\$	45.000,00
	TOTAL	R\$	1.967.000,00
2.4	Departamento Aposentados e Pensionistas		
2.4.1	Encontro Jurídico - Reforma da Previdência - 28/3	R\$	1.000,00
2.4.2	Dançando no DAP - atividade cultural com dança de salão -25/4	R\$	800,00
2.4.3	Sarau do DAP - 25/5	R\$	800,00
2.4.4	Arraial do DAP - 27/6	R\$	3.500,00
2.4.5	Festa de encerramento de atividades do DAP - 28/11	R\$	3.500,00
2.4.6	Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas do MOSAP - março 2017 -	R\$	3.500,00
2.4.7	5º CONAP - participação com 6 a 7 delegados -maio/junho -	R\$	5.000,00
2.4.8	Bingo Cultural - 25/07	R\$	800,00
2.4.9	V Jornada de Qualidade de Vida - 26/09 - parceria com o dep. Saúde	R\$	2.000,00
2.4.10	V Encontro Regional Sudeste de Aposentados e Pensionistas - outubro/2017	R\$	2.000,00
2.4.11	Fique Por Dentro - Especial DAP - custos administrativos - 02/2017	R\$	2.000,00
2.4.12	Encontro Estadual dos Aposentados e pensionistas do Poder Judiciário - parceria Sindjustiça -junho	R\$	3.000,00
	TOTAL	R\$	27.900,00
2.5	Departamento de Relações com Movimento Social		
2.5.1	Apoio às ações de combate ao exterminio da Juventude Negra	R\$	1.000,00
2.5.2	Apoio à Caminhada e Ato Ecumênico de combate à intolerancia religiosa -	R\$	1.000,00
2.5.3	Apoio atividades dos coletivos setoriais e da Central dos Movimentos Populares	R\$	3.000,00
2.5.4	Apoio PAS - ações de solidariedade ao lumpen	R\$	1.000,00
2.5.5	Apoio e fomento à construção de ações de combate à vulnerabilidade Social -SINFRAJUPE E IBASE	R\$	5.000,00
2.5.6	Grito dos Excluídos	R\$	1.000,00
2.5.7	Apoio à projetos de Resistencia Cultural	R\$	1.000,00
2.5.8	Ações e coletivos de organização e emponderamento de mulheres - 08 de março	R\$	2.000,00
2.5.9	Apoio atividades sindicais	R\$	40.000,00
	TOTAL	R\$	55.000,00
2.6	Departamento de Saúde		
2.6.1	II Fórum de Debates sobre Assédio Moral - 31/3 a 1/4	R\$	3.000,00
2.6.2	Projeto Saúde Itinerante - março a agosto de 2017 -	R\$	8.000,00
2.6.3	Seminário:LER/DORT, Assédio Moral e acidente de trabalho - maio/2017	R\$	3.000,00
2.6.4	Cartilhas e impressos sobre Assédio Moral - março a agosto	R\$	5.000,00
2.6.5	Apoio eventos dos tribunais (semana do servidor e semana de meio ambiente)	R\$	20.000,00
2.6.6	Oficinas de Formação - Núcleo de Combate ao Assédio Moral - Fevereiro e março	R\$	5.000,00
2.6.7	Campanha Adoecer Não é Legal - material visual e gráfico	R\$	10.000,00
2.6.8	Caminhada Ecológica - setembro	R\$	3.000,00
2.6.9	Apoio Equipes de Corrida - JT Itaperuna e JF Campo Grande	R\$	5.000,00
	TOTAL	R\$	62.000,00
2.7	Departamento de Formação e Capacitação Profissional		

2.7.1	Cursos de Capacitação	R\$	50.000,00
	TOTAL	R\$	50.000,00
2.8	Departamento de Formação e Resgate Cultural		
2.8.1	Cursos e Seminários de Formação Política Sindical -4 cursos de 16h cada	R\$	4.000,00
2.8.2	Impressos da Formação Sindical (informativo sobre o papel do sindicato e da organização sindical)	R\$	4.000,00
2.8.3	Seminário sobre Democratização do Judiciário	R\$	1.000,00
2.8.4	Curso do Programa de Estudos Medievais/	R\$	1.500,00
2.8.5	Seminários Rel. de Trab. I: Negociação Coletiva - histórico, regulamentação e desafios	R\$	1.000,00
2.8.6	Seminários Rel. de Trab. II: 3 temas - assédio moral, precarização, e divisão social do trab.	R\$	1.000,00
2.8.7	Atividade de resistência cultural - dia da Consciência Negra	R\$	3.000,00
2.8.8	Oficinas de cultura popular	R\$	1.500,00
2.8.9	Fomento e apoio a ações de Resgate Cultural	R\$	3.000,00
2.8.10	Atividades de integração e conscientização pelo esporte	R\$	4.000,00
	TOTAL	R\$	24.000,00
2.9	Departamento de Cultura		
2.9.1	Concurso de Fotografia - premiação das 3 melhores fotografias	R\$	2.000,00
2.9.2	Happy Hours Sisejufe - realização de 5 atividades sempre às sextas (meses: 03, 04, 05, 06 e 07)	R\$	15.000,00
2.9.3	Convênios para obtenção de ingressos corporativos de teatro e cinema com desconto	R\$	3.000,00
2.9.4	Mostra Literária Sisejufe	R\$	5.000,00
2.9.5	Saraus Sisejufe - realização de 2 Saraus	R\$	4.000,00
2.9.6	Coral Sisejufe - Encontro de Corais e Apresentações	R\$	6.000,00
2.9.7	Coral Sisejufe - Maestro	R\$	31.000,00
2.9.8	Folia Sisejufe - Ressaca de Carnaval - projeto sustentável	R\$	16.000,00
2.9.9	Cinema em Debate: sessões de filmes com roda de debates sobre o tema - 3 sessões em 2017	R\$	1.000,00
2.9.10	Arraial do Sisejufe - julho 2017	R\$	80.000,00
2.9.11	Festa Sisejufe - Final de ano - 15/12	R\$	80.000,00
	TOTAL	R\$	243.000,00
2.10	Imprensa		
2.10.1	Ilustrações	R\$	12.000,00
2.10.2	Gráfica Revista Ideias	R\$	25.000,00
2.10.3	Gráfica Jornal Contraponto	R\$	60.000,00
2.10.4	Aplicativo	R\$	35.000,00
2.10.5	Consultoria de Comunicação	R\$	72.000,00
2.10.6	Calendário	R\$	25.000,00
2.10.7	Publicações e Assinaturas	R\$	1.000,00
2.10.8	Flash para câmera fotográfica	R\$	1.000,00
	TOTAL	R\$	231.000,00
2.11	Jurídico		
2.11.1	Assistência Jurídica (C&R e João Carlos Castelar)	R\$	428.000,00
2.11.2	Encontro Coletivo Jurídico Fenajufe	R\$	5.000,00
2.11.3	Assinatura Trimestral Recortes	R\$	2.200,00
2.11.4	Seminário sobre Assédio Moral	R\$	1.000,00
2.11.5	Cartilha sobre Assédio Moral - distribuição em parceria com dep. Saúde	R\$	10.000,00
2.11.6	Contador Judicial	R\$	26.000,00
	TOTAL	R\$	472.200,00
2.12	Integração		
2.12.1	Atos e ações de mobilização - no interior, baixada e metropolitana	R\$	10.000,00
2.12.2	Atividades de cultura e lazer - interior, baixada e metropolitana - parceria Resgate Cultural	R\$	15.000,00
2.12.3	Projeto Sisejufe Itinerante - jurídico, oficinas de saúde e setoriais do Cotec e GT-Carreira	R\$	2.000,00
2.12.4	Parcerias com associações e clubes de servidores para realização de torneios e eventos	R\$	4.000,00
2.12.5	Reuniões setoriais do interior, metropolitana e baixada - meta de 10 cidades/mês	R\$	2.000,00
2.12.6	Mapeamento de entidades sindicais - para ações conjuntas e compartilhamento de logística	R\$	2.000,00
	TOTAL	R\$	35.000,00
2.13	Coletivo de Técnicos Judiciários do Sisejufe - COTEC		
2.13.1	Seminário sobre a Valorização do cargo de Técnico Judiciário -	R\$	3.000,00
2.13.2	Confecção de coletes com a logo SISEJUFE/COTEC/NS JÁ	R\$	4.000,00
2.13.3	Confecção de bloco de notas para distribuição com a marca SISEJUFE/COTEC	R\$	2.000,00
2.13.4	Confecção e distribuição de material explicativo sobre as bandeiras de luta do COTEC	R\$	5.000,00
2.13.5	Camisas da campanha "Nível Superior, eu apoio! - repasse a preço de custo - março/16	R\$	1.000,00
	TOTAL	R\$	15.000,00
2.14	GT - CARREIRA		
2.14.1	Seminário 1: Carreira e Modelos de Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal	R\$	1.000,00
2.14.2	Seminário 2: A Carreira do PJu - marcos históricos e perspectivas	R\$	1.000,00

	TOTAL	R\$ 2.000,00
2.15	Núcleo de Gênero e Raça	
2.15.1	Material visual - 08 de março - para distribuição	R\$ 2.000,00
2.15.2	Seminário: Sindicalismo e ações de Emponderamento de Gênero	R\$ 2.000,00
2.15.3	Seminário: Comemoração do dia da Consciência Negra	R\$ 2.000,00
	TOTAL	R\$ 6.000,00
2.16	Núcleo de Oficiais de Justiça	
2.16.1	6º COJAF - 3 delegados -	R\$ 4.000,00
2.16.2	CONOJAF 2016 - 5 delegados - inscrição	R\$ 8.000,00
2.16.3	Apoio confraternização de final de ano dos OJAF's	R\$ 1.000,00
2.16.4	Campanha de Relacionamento e Valorização do Servidor - iniciativa NOJAF	R\$ 7.000,00
	TOTAL	R\$ 20.000,00
2.17	Núcleo de Pessoas com Deficiência	
2.17.1	Seminário sobre capacitismo como instrumento de discriminação - junho/2017	R\$ 1.000,00
2.17.2	Seminário sobre Acessibilidade - dentro do Encontro Regional - 21/9	R\$ 3.000,00
2.17.3	Especial Fique por Dentro - NPCD	R\$ 3.000,00
2.17.4	Encontro Regional de Pessoas com Deficiencia - 21/09	R\$ 3.000,00
	TOTAL	R\$ 10.000,00
2.18	Núcleo de Agentes de Segurança	
2.18.1	6º CONAS - 05 delegados -	R\$ 1.000,00
2.18.2	V Encontro Regional Sudeste dos Agentes de Segurança - rateio	R\$ 15.000,00
2.18.3	Seminário Nacional da Agepoljus - 05 delegados	R\$ 4.000,00
	TOTAL	R\$ 20.000,00
2.19	Atividades Sindicais, Congressos e Campanha Salarial	
2.19.1	Logística	R\$ -
2.19.2	Mobilizações e greve contra Reforma da Previdencia	R\$ 400.000,00
2.19.3	Plenária da FENAJUFE	R\$ 60.000,00
2.19.4	Posse Nova Diretoria	R\$ 30.000,00
2.19.5	Diárias	R\$ 30.000,00
2.19.6	Hospedagem	R\$ 30.000,00
2.19.7	Passagens (Aéreas e Rodoviárias)	R\$ 60.000,00
2.19.8	Panfletagem	R\$ 20.000,00
2.19.9	Atos, Assembleias e Passeatas	R\$ 20.000,00
2.19.10	Carro de Som e Aluguel de ônibus	R\$ 15.000,00
2.19.11	Táxi	R\$ 40.000,00
2.19.12	Eleições	R\$ 150.000,00
	TOTAL	R\$ 855.000,00
	TOTAL GERAL	R\$ 6.240.600,00
3.	RESULTADO (Receitas – Despesas)	R\$ 301,60
	Saldos (Bancos e Caixa)	
	CEF – Conta corrente JF	R\$ 174.377,93
	CEF – Investimentos JF	R\$ 102.407,71
	CEF – Conta corrente TRT/Contribuição Sindical	R\$ 23,95
	CEF – Investimentos TRT/Contribuição Sindical	R\$ 23.134,56
	CEF – Conta corrente TRT/Boletos	R\$ 25.080,36
	BB - Conta Corrente	R\$ 24.543,21
	Caixa	R\$ 6.003,57
	SALDO em 31/12/2016	R\$ 355.571,29

Balancete de verificação

Exercício: 2016

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar **CNPJ: 35.792.035/0001-95**
Período de Janeiro a Dezembro de 2016

Grupo: DESPESAS

Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
51999-2		510000000	DESPESAS DO EXERCÍCIO				
51100-7		510100000	DESP CUSTEADA CONTRIB SINDICAL				
51101-1		510101000	ASSISTÊNCIA JURÍDICA	0,00	249.025,28	0,00	249.025,28 D
TOTAL DA CONTA 5101000000				0,00	249.025,28	0,00	249.025,28 D
51200-0		510200000	DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
51202-9		510202000	MANUT/ESTAC/COMBUST-VEÍCULOS	0,00	44.817,29	0,00	44.817,29 D
51203-3		510203000	ASSESSORIA PARLAMENTAR	0,00	22.880,00	0,00	22.880,00 D
51204-8		510204000	PANFLETADORES (JORNAL/REVISTA)	0,00	41.450,80	0,00	41.450,80 D
51205-2		510205000	IPVA	0,00	1.419,08	0,00	1.419,08 D
51206-7		510206000	ENERGIA ELÉTRICA	0,00	83.910,87	0,00	83.910,87 D
51207-1		510207000	CONTRATO MANUT AR CONDICIONADO	0,00	11.006,64	0,00	11.006,64 D
51208-6		510208000	PASSAGENS-ÔNIBUS, METRÔ E TREM	0,00	15.726,95	0,00	15.726,95 D
51209-0		510209000	TÁXI	0,00	93.700,32	46,00	93.654,32 D
51210-3		510210000	VIAGENS (DIÁRIAS/HOSPEDAGEM)	0,00	151.268,99	778,00	150.490,99 D
51211-8		510211000	CONTRATO MANUT DE TELEFONES	0,00	4.448,40	0,00	4.448,40 D
51212-2		510212000	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	0,00	18.605,47	0,00	18.605,47 D
51213-7		510213000	MAT DE CONSUMO IMPRESSORAS	0,00	24.563,49	0,00	24.563,49 D
51217-5		510217000	CORREIOS	0,00	26.586,48	0,00	26.586,48 D
51218-0		510218000	SEGUROS	0,00	14.008,81	272,05	13.736,76 D
51220-7		510220000	TV POR ASSINATURA	0,00	1.857,93	0,00	1.857,93 D
51221-1		510221000	HONORÁRIOS CONTÁBEIS	0,00	25.700,00	0,00	25.700,00 D
51222-6		510222000	IPTU	0,00	12.639,28	0,00	12.639,28 D
51223-0		510223000	MAT DE CONSUMO FISIOTERAPIA	0,00	6.626,23	0,00	6.626,23 D
51225-0		510225000	ALMOÇO/ALIMENTAÇÃO	0,00	6.776,87	256,93	6.519,94 D
51226-4		510226000	CARTÓRIOS	0,00	2.305,11	0,00	2.305,11 D
51228-3		510228000	UNIFORMES	0,00	1.924,46	0,00	1.924,46 D
51230-0		510230000	CONFRATERNIZAÇÃO	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00 D
51234-9		510234000	REPAROS - SEDES	0,00	42.420,06	0,00	42.420,06 D
51235-3		510235000	FARMÁCIA	0,00	131,26	0,00	131,26 D
51237-2		510237000	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0,00	7.284,90	0,00	7.284,90 D
55103-8		510243000	CUSTAS JUDICIAIS	0,00	13.994,92	0,00	13.994,92 D
54604-4		510244000	CONEXÃO INTERNET BANDA LARGA	0,00	22.252,44	0,00	22.252,44 D
54603-0		510245000	MANUTENÇÃO DO PORTAL SISEJUFE	0,00	20.700,00	0,00	20.700,00 D
54602-5		510246000	TELEFONIA CELULAR	0,00	67.323,07	0,00	67.323,07 D
54601-0		510247000	TELEFONIA FIXA	0,00	13.852,45	0,00	13.852,45 D
51248-0		510248000	CONFECÇÕES DE CARTEIRAS	0,00	2.867,48	0,00	2.867,48 D
51250-8		510250000	FOTOCÓPIAS	0,00	975,20	0,00	975,20 D
51251-2		510251000	CUSTAS JUDICIAIS - RESSARC	0,00	1.070,67	1.060,02	10,65 D
51252-7		510252000	ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁGIO	0,00	5.690,00	0,00	5.690,00 D
51253-1		510253000	LAVANDERIA	0,00	327,00	0,00	327,00 D
51254-6		510254000	CONDOMÍNIOS	0,00	64.052,02	0,00	64.052,02 D
55102-3		510258000	IMP, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	1.080,61	0,00	1.080,61 D
51259-9		510259000	CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS	0,00	272.339,74	0,00	272.339,74 D
51262-0		510262000	MANUT APLICATIVOS/SOFTWARE	0,00	13.878,52	0,00	13.878,52 D
51263-5		510263000	DESPENSA	0,00	130.634,24	31,00	130.603,24 D
51264-0		510264000	DESP C/ EXTINTORES	0,00	282,50	0,00	282,50 D
51265-4		510265000	SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA	0,00	3.814,94	0,00	3.814,94 D
51266-9		510266000	SUPRIMENTOS MÁQ E EQUIPAMENTOS	0,00	1.425,30	0,00	1.425,30 D
51267-3		510267000	PASSAGENS AÉREAS/RODOVIÁRIAS	0,00	204.631,56	2.325,79	202.305,77 D
51269-2		510269000	CONVÊNIO REPASSE UNIODONTO	0,00	255.650,03	248.614,92	7.035,11 D
51270-5		510270000	FORO/LAUDÊMIO	0,00	386,71	0,00	386,71 D
51271-0		510271000	CONTRATO MANUT INFORMÁTICA	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00 D
51272-4		510272000	CONTRATO MANUT XEROX	0,00	11.047,46	0,00	11.047,46 D
51273-9		510273000	PUBLICAÇÃO DE EDITAL	0,00	5.395,00	0,00	5.395,00 D

Balancete de verificação

Exercício: 2016

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar **CNPJ: 35.792.035/0001-95**
Período de Janeiro a Dezembro de 2016

Grupo: DESPESAS

Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
51274-3		5102740000	SUPRIMENTOS - CAMA/LOUÇA/BANHO	0,00	39.747,13	0,00	39.747,13 D
51275-8		5102750000	DESPESAS C/ DEPRECIAÇÃO	0,00	12.930,00	0,00	12.930,00 D
51276-2		5102760000	SERVIÇOS PRESTADOS - PF	0,00	173.961,02	20,00	173.941,02 D
51277-7		5102770000	SERVIÇOS PRESTADOS - PJ	0,00	51.377,00	0,00	51.377,00 D
TOTAL DA CONTA 5102000000				0,00	2.093.746,70	253.404,71	1.840.341,99 D
TOTAL DA CONTA 5100000000				0,00	2.342.771,98	253.404,71	2.089.367,27 D
52000-6		5200000000	DESPESAS COM PESSOAL				
52100-9		5201000000	DESPESAS COM PESSOAL				
52101-3		5201010000	VALE-TRANSPORTE	0,00	55.311,04	19.678,57	35.632,47 D
52102-8		5201020000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	241.904,16	3.524,40	238.379,76 D
52103-2		5201030000	13º SALÁRIO	0,00	84.098,84	0,00	84.098,84 D
52105-1		5201050000	FÉRIAS	0,00	119.470,34	13.771,73	105.698,61 D
52106-6		5201060000	SALÁRIOS	0,00	908.082,69	4.766,50	903.316,19 D
52109-0		5201090000	ESTAGIÁRIOS(AS)	0,00	47.452,00	0,00	47.452,00 D
52110-2		5201100000	RESCISÕES DE CONTRATO TRABALHO	0,00	982,18	0,00	982,18 D
52111-7		5201110000	ASSIST MÉDICA E ODONTOLÓGICA	0,00	7.900,28	7.900,28	0,00
52112-1		5201120000	ADICIONAL NOTURNO	0,00	412,55	0,00	412,55 D
52114-0		5201140000	HORAS EXTRAS	0,00	60.801,46	0,00	60.801,46 D
51229-8		5201150000	BOLSA DE ESTUDO	0,00	24.798,50	330,00	24.468,50 D
51239-1		5201160000	INSS	0,00	269.314,18	0,00	269.314,18 D
52117-4		5201170000	TREINAMENTOS E CURSOS	0,00	6.709,00	0,00	6.709,00 D
52118-9		5201180000	EXAMES PERIÓDICOS	0,00	1.700,00	0,00	1.700,00 D
51240-4		5201190000	FGTS	0,00	91.060,08	0,00	91.060,08 D
55104-2		5201210000	PIS/PASEP	0,00	10.449,38	0,00	10.449,38 D
52122-5		5201220000	CESTA NATALINA	0,00	10.600,07	0,00	10.600,07 D
TOTAL DA CONTA 5201000000				0,00	1.941.046,75	49.971,48	1.891.075,27 D
TOTAL DA CONTA 5200000000				0,00	1.941.046,75	49.971,48	1.891.075,27 D
53000-8		5300000000	DESPESAS COM NÚCLEOS				
53300-6		5303000000	NÚCLEO DE OFICIAIS DE JUSTIÇA				
53302-5		5303020000	EVENTOS E ATIVIDADES	0,00	1.520,00	0,00	1.520,00 D
TOTAL DA CONTA 5303000000				0,00	1.520,00	0,00	1.520,00 D
53700-7		5307000000	NÚCLEO COLETIVO DE TÉC. JUDIC.				
53701-1		5307010000	EVENTOS E ATIVIDADES	0,00	7.491,12	270,00	7.221,12 D
TOTAL DA CONTA 5307000000				0,00	7.491,12	270,00	7.221,12 D
TOTAL DA CONTA 5300000000				0,00	9.011,12	270,00	8.741,12 D
54000-0		5400000000	DESPESAS GERAIS				
54700-9		5407000000	MOBILIZAÇÃO				
51201-4		5407010000	ALUGUEL DE CARROS DE SOM	0,00	350,00	0,00	350,00 D
51233-4		5407030000	SERVIÇOS PRESTADOS - PJ	0,00	9.250,00	0,00	9.250,00 D
51113-4		5407040000	CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	0,00	199.500,00	0,00	199.500,00 D
TOTAL DA CONTA 5407000000				0,00	209.100,00	0,00	209.100,00 D
TOTAL DA CONTA 5400000000				0,00	209.100,00	0,00	209.100,00 D

Balancete de verificação

Exercício: 2016

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar **CNPJ: 35.792.035/0001-95**
Período de Janeiro a Dezembro de 2016

Grupo: DESPESAS

Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
56000-3		5600000000	DESPESAS FINANCEIRAS				
56100-6		5601000000	DESPESAS FINANCEIRAS				
56101-0		5601010000	MULTAS E MORA FISCAL	0,00	991,14	0,00	991,14 D
56102-5		5601020000	DESPESAS BANCÁRIAS	0,00	10.677,02	0,00	10.677,02 D
56103-0		5601030000	IRRF S/APLICAÇÕES	0,00	692,42	0,00	692,42 D
56104-4		5601040000	IOF	0,00	55,85	0,00	55,85 D
56105-9		5601050000	ALUGUEL/TARIFA CARTÃO - CIELO	0,00	902,90	0,00	902,90 D
TOTAL DA CONTA 5601000000				0,00	13.319,33	0,00	13.319,33 D
TOTAL DA CONTA 5600000000				0,00	13.319,33	0,00	13.319,33 D
57000-5		5700000000	DESPESAS COM DEPARTAMENTOS				
57100-8		5701000000	APOSENT E PENSIONISTAS - DAP				
57101-2		5701010000	EVENTOS E ATIVIDADES	0,00	4.610,00	0,00	4.610,00 D
TOTAL DA CONTA 5701000000				0,00	4.610,00	0,00	4.610,00 D
57300-3		5703000000	CULTURA				
57302-2		5703020000	EVENTOS E ATIVIDADES	0,00	188.807,18	0,00	188.807,18 D
TOTAL DA CONTA 5703000000				0,00	188.807,18	0,00	188.807,18 D
57400-6		5704000000	FORMAÇÃO SIND E RESG CULTURAL				
57401-0		5704010000	EVENTOS E ATIVIDADES	0,00	2.400,00	0,00	2.400,00 D
TOTAL DA CONTA 5704000000				0,00	2.400,00	0,00	2.400,00 D
57500-9		5705000000	FORMAÇÃO/CAPACIT PROFISSIONAL				
57502-8		5705020000	CURSOS	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00 D
TOTAL DA CONTA 5705000000				0,00	70.000,00	0,00	70.000,00 D
54100-2		5706000000	IMPrensa				
54101-7		5706010000	ILUSTRAÇÕES	0,00	7.583,09	0,00	7.583,09 D
54103-6		5706030000	GRÁFICA	0,00	119.980,00	0,00	119.980,00 D
57608-8		5706080000	ASSINATURA DE REVISTAS	0,00	880,50	0,00	880,50 D
57609-2		5706090000	CONSULTORIA DE COMUNICAÇÃO	0,00	72.000,00	0,00	72.000,00 D
TOTAL DA CONTA 5706000000				0,00	200.443,59	0,00	200.443,59 D
57800-7		5708000000	JURÍDICO				
57802-6		5708020000	RECORTES E ELETRÔNICOS	0,00	1.928,06	0,00	1.928,06 D
57803-0		5708030000	EVENTOS E ATIVIDADES	0,00	4.150,00	0,00	4.150,00 D
57804-5		5708040000	CARTILHAS, JORNAIS E LIVROS	0,00	524,32	0,00	524,32 D
57805-0		5708050000	ASSISTÊNCIA JURÍDICA	0,00	153.260,32	0,00	153.260,32 D
57806-4		5708060000	CONTADOR JUDICIAL	0,00	24.103,17	0,00	24.103,17 D
TOTAL DA CONTA 5708000000				0,00	183.965,87	0,00	183.965,87 D
58100-0		5711000000	MOVIMENTOS SOCIAIS				
58101-4		5711010000	APOIO	0,00	33.038,48	1.000,00	32.038,48 D
TOTAL DA CONTA 5711000000				0,00	33.038,48	1.000,00	32.038,48 D

Balancete de verificação

Exercício: 2016

Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar **CNPJ: 35.792.035/0001-95**
Período de Janeiro a Dezembro de 2016

Grupo: DESPESAS

Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
58200-2		5712000000	SAÚDE				
58201-7		5712010000	EVENTOS E ATIVIDADES	0,00	11.099,42	0,00	11.099,42 D
TOTAL DA CONTA 5712000000				0,00	11.099,42	0,00	11.099,42 D
TOTAL DA CONTA 5700000000				0,00	694.364,54	1.000,00	693.364,54 D
T O T A L D O G R U P O				0,00	5.209.613,72	304.646,19	4.904.967,53 D

Grupo: RECEITAS

Acesso	Terc.	Classific.	Nome da Conta	Saldo Inicial	Mov.Débito	Mov.Crédito	Saldo Final
62000-7		6200000000	CONTRIBUIÇÕES				
62200-2		6202000000	CONTRIBUIÇÕES				
62201-7		6202010000	CONTRIBUIÇÃO QUALICORP	0,00	0,00	948.525,91	948.525,91 C
62206-0		6202060000	MENSALIDADES ASSOCIATIVAS	0,00	4.103,59	4.096.507,77	4.092.404,18 C
62207-4		6202070000	REPASSE CONVÊNIOS	0,00	0,00	590,66	590,66 C
62211-0		6202110000	PATROCÍNIO EM EVENTOS	0,00	0,00	32.650,00	32.650,00 C
62101-4		6202120000	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	478.385,13	670.109,46	191.724,33 C
62216-3		6202160000	RECEITA P/MANUT SEDE CAMPESTRE	0,00	8.010,50	100.050,05	92.039,55 C
TOTAL DA CONTA 6202000000				0,00	490.499,22	5.848.433,85	5.357.934,63 C
62300-5		6203000000	CONTR ASSISTENCIAL				
62202-1		6203010000	CONTR ASSIST FISIOTERAPIA	0,00	0,00	9.945,00	9.945,00 C
62203-6		6203020000	CONTR ASSIST CURSO	0,00	0,00	20,00	20,00 C
62214-4		6203030000	CONTR ASSIST JURÍDICO	0,00	379,95	5.433,94	5.053,99 C
TOTAL DA CONTA 6203000000				0,00	379,95	15.398,94	15.018,99 C
TOTAL DA CONTA 6200000000				0,00	490.879,17	5.863.832,79	5.372.953,62 C
63000-9		6300000000	RECEITAS FINANCEIRAS				
63100-1		6301000000	RECEITAS FINANCEIRAS				
63102-0		6301020000	RECEITA DE APLIC FINANCEIRAS	0,00	0,00	10.694,21	10.694,21 C
TOTAL DA CONTA 6301000000				0,00	0,00	10.694,21	10.694,21 C
TOTAL DA CONTA 6300000000				0,00	0,00	10.694,21	10.694,21 C
64000-0		6400000000	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
64100-3		6401000000	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS				
64101-8		6401010000	GANHOS/PERDAS C/ SINISTRO	0,00	0,00	12.930,00	12.930,00 C
TOTAL DA CONTA 6401000000				0,00	0,00	12.930,00	12.930,00 C
TOTAL DA CONTA 6400000000				0,00	0,00	12.930,00	12.930,00 C
T O T A L D O G R U P O				0,00	490.879,17	5.887.457,00	5.396.577,83 C

Alegria e protestos contra retirada de direitos marcam o Baile da Ressaca do Sisejufe

Fotos: Clara Bittencourt

Pós-folia

Tais Faccioli*

Os servidores do Judiciário Federal esticaram a ressaca do Carnaval num animado baile, que aconteceu no dia 10 de março, no Clube de Engenharia, no Centro do Rio. Embalados pela bateria da escola de samba Estácio de Sá e um casal de passistas, dançaram marchinhas e caíram no samba. As críticas à Reforma da Previdência foram tema de algumas marchinhas. Toda a decoração também foi inspirada na luta contra os ataques do governo Temer aos direitos dos trabalhadores. Os servidores encerraram o baile entoando um refrão improvisado que dizia “Fora Temer”. “Vamos ter um ano de ataques aos direitos como nunca visto antes na história e contamos com a ajuda de todos os servidores. Precisamos estar mobilizados em todos os momentos”, afirmou Adriano Nunes dos Santos, diretor do Sisejufe e coordenador do Departamento de Cultura do sindicato.

*Da Redação



“Vamos ter um ano de ataques aos direitos como nunca visto antes na história e contamos com a ajuda de todos os servidores. Precisamos estar mobilizados em todos os momentos”

Governo aprova terceirização ilimitada. Próximos ataques serão as reformas trabalhista e da previdência

Apesar de estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) garantirem que um terceirizado trabalha, em média, três horas a mais por semana e ganha 27% a menos que um empregado efetivo, governo libera a terceirização e avança contra direitos dos trabalhadores.

Stela Guedes Caputo*

Em abril de 2015, o sociólogo Ricardo Antunes, disse que se o projeto que libera a terceirização fosse aprovado, retornaríamos à escravidão, ainda que em pleno século XXI. Quase um ano depois, foi o que vimos acontecer na noite de 22 de março de 2017. Com 231 votos favoráveis, 188 contrários e oito abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 4.302/98 que espalha a terceirização para todas as atividades. E, se antes o projeto era ambíguo em relação ao setor público, agora não é mais. “Sabemos que o interesse desse núcleo da burguesia empresarial, financeira e comercial

é terceirizar as atividades meio e fim, acabando com o que considera separações entre o setor público e privado. Ou seja: é terceirizar tudo, incluindo o setor público”, afirma Antunes.

O projeto aprovado faz parte de um plano maior do governo de Michel Temer e seus aliados, para quem interessa uma classe trabalhadora brasileira ultraflexível, sem qualquer direito, submetida à uma exploração intensa, sem condições de negociar seu trabalho. Por fim, uma classe trabalhadora altamente vulnerável, incluindo os servidores públicos. No horizonte desse plano estão a Reforma Trabalhista (PL 6787/16) e da Previdência (PEC 287/16) para onde Temer avança com largos passos.

Flexibilizar...para baixo

Com a reforma trabalhista, o governo Temer quer aprovar a flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Flexibilizar significa tornar menos rígido, ajustar, mudar a direção. Poderia ser bom, se a direção do novo rumo não fosse para baixo, já que as mudanças vão permitir que as empresas disponham da mão de obra trabalhadora como bem entenderem. Trocando em miúdos, direitos como salários, jornadas de trabalho, férias, salários, intervalos, poderão ser flexibilizados, leia-se negociados para baixo entre sindicatos e empresas. Não se descarta a possibilidade do parcelamento das férias. É que a reforma permite a nebulosa expressão: “o negociado prevalece sobre o legislado”.

Governo e mídia tentam justificar as reformas, dizendo que geram empregos, que a legislação é obsoleta e que existem grandes benefícios justamente nessa história de “negociado sobre legislado”. Será?

Inverdades

Em recente entrevista para o jornal dos Bancários e Financeiros de São Paulo, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Delaíde Alves Miranda Arantes, apontou, pelo menos, três inverdades nos argumentos do governo Temer para a reforma trabalhista. De acordo com a ministra, a primeira “inverdade”, seria o argumento de que a reforma vai promover a geração de empregos. Para ela, em lugar nenhum do mundo, as reformas geraram empregos. “Ao contrário, geraram a precarização de empregos”, afirmou.

A segunda justificativa inverídica seria de que a legislação é obsoleta. Arantes afirma que a Consolidação das Leis do Trabalho já teve 75% dos seus artigos alterados, sem, contudo, retirar direitos básicos do traba-

lhador. Já a terceira “inverdade” diz respeito à prevalência da negociação coletiva sobre a legislação, proposta na reforma, tratada como benéfica para os trabalhadores. “O negociado sobre o legislado” já existe, mas para negociar vantagens para o trabalhador. Agora, a negociação poderia precarizar direitos. “A saída para a crise tem que ser encontrada na economia, não na precarização do trabalho”, opinou.

A ministra acredita, ainda, que esse não é um momento apropriado para uma reforma trabalhista, já que a sociedade atravessa uma grave crise das instituições democráticas, sendo prioridade a defesa da democracia.

O presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, afirmou que a reforma terá sérios reflexos na rotina dos servidores, pois, em função dos ataques aos direitos já conquistados, haverá um aumento significativo de reclamações e ações trabalhistas.

*Especial para o Sisejufe

A atualidade de Santa Joana

“Somos 70 mil trabalhadores nas Indústrias de Carne Lennox e não podemos viver nem mais um dia com este salário de fome, que ontem, por cima, voltou a baixar.” Assim começa a segunda cena de “A Santa Joana dos Matadouros” (1930), do dramaturgo alemão Bertolt Brecht, ambientada durante a crise de 1929 e nos matadouros de carnes de Chicago. Justamente essa segunda cena se passa com os trabalhadores diante das Indústrias Lennox. Brecht levou ao palco os conflitos do capital industrial e financeiro e o desemprego em massa como

a terrível consequência para a classe trabalhadora.

A peça tem uma força extraordinária pois revela como o capital pode destruir a dignidade dos trabalhadores que, diante do desemprego, imploram por suportar a vida no trabalho com cada vez menos direitos ou sem qualquer direitos. Perda de garantias, desemprego, crise na indústria de carne, necessidade de organização e mobilização para não se perder o que tem e, pelo contrário, ampliar as conquistas. Brecht, com sua Santa Joana, nos fala até hoje.



Montagem da peça de Brecht encenada em 2016 na 5ª edição da mostra Gamboavista, com direção de Marina Vianna e Diogo Liberano

Sisejufe acolhe oficiais de justiça afetados por decisão do TCU

Nojaf O principal ponto da pauta envolveu os oficiais de justiça com processo de aposentadoria em andamento

O Núcleo dos Oficiais de Justiça esteve reunido no dia 23 de março no Sisejufe. O principal ponto da pauta envolveu os oficiais de justiça com processo de aposentadoria em andamento que estão sendo chamados pelo TRF da segunda região a optarem entre a GAE e a VPNI, a partir do acórdão do Tribunal de Contas da União 2784/2016. Como encaminhamento, a entidade irá entrar com um mandado de segurança coletivo, questionando essa decisão que está sendo aplicada pelo tribunal. “Estamos abraçando a causa, dando assistência a todos os servidores que estão nessa situação”, afirmou a diretora do Sisejufe Mariana Liria No encontro, todos os presentes puderam tirar suas dúvidas sobre o tema com a assessoria jurídica, inclusive particulares. A dirigente avalia que

as pessoas saíram esclarecidas e confiantes na estratégia que será adotada pelo sindicato.

Outro ponto de debate foi a criação do cargo de oficial de justiça em Rio das Ostras. Segundo a assessoria jurídica, os municípios não tem competência para criar esse cargo. O Sisejufe está analisando qual a melhor estratégia para questionar a medida e está em contato com as demais entidades que representam os oficiais de justiça no estado, o Sindjustiça, que reúne os servidores estaduais, e a Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores (Aoja).

Uma grande preocupação dos oficiais é com a segurança ao desempenharem a função. Apesar da direção do foro ter criado uma comissão para normatizar o cumprimento de mandados em área de risco, não houve nenhum avanço nesse sentido.



Os servidores destacaram que nem mesmo a portaria que previa procedimentos diferenciados na capital e na área criminal está sendo cumprida. “A orientação do sindicato é que, constatado o risco, a diligência seja suspensa”, orientou Mariana. Como encaminhamento, o Núcleo vai pedir uma reunião

com o novo diretor do foro para tratar da questão. Após o encontro, caso a demanda não seja atendida, o coletivo vai estudar novas medidas.

Mariana fez um informe sobre a campanha de relacionamento *Na outra função também bate um coração*. “Trazemos um personagem

com um sorriso, de braços abertos, com o coração pulando pra fora, com o objetivo de sensibilizar os colegas das diferenças entre as funções”, destacou. Será produzido um bloco de anotações para ser distribuído nos locais de trabalho pelos próprios integrantes do núcleo.

CSJT mantém função de secretário especializado de juiz no TRT do Rio

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) decidiu que não há irregularidade na Resolução 59/2014 do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio, que criou a função de secretário especializado de juiz. Por seis votos a quatro, em reunião no dia 24 de março, o conselho determinou que a medida não afronta a Resolução 63/2014 do próprio CSJT que trata do assunto, pois ambas priorizam atividades fins da Justiça do Trabalho.

A decisão é mais uma vitória da atuação conjunta de entidades como o Sisejufe e a Amatra 1, que lutavam contra a possibilidade de as funções de secretário especializado de juiz ser extinta. Somente no TRT do Rio são 144 funcionários que poderiam perder o cargo. O trabalho de articulação política das entidades

representativas foi de fundamental importância para que o conselho mantivesse o teor da Resolução 59 do TRT do Rio. O diretor do Sisejufe Ricardo Quirga do TRT comemorou a virada na votação. Antes da leitura do parecer da relatoria, o resultado de oito votos a um desfavorecia os servidores.

O CSJT apenas reconheceu que há vício de forma quanto à nomenclatura, já que não existe a função comissionada de secretário especializado de juiz substituto. Logo, determinaram a mudança para assistente de juiz. Além disso, ficou decidido que os assistentes não sejam mais lotados na Corregedoria e sim, em um núcleo de primeira instância ou nas próprias varas.

“É importante que se diga que, caso o CSJT entendesse

pela ilegalidade da resolução do TRT, essas funções não retornariam à área administrativa, indo, provavelmente, para os gabinetes”, ressalta o servidor do TRT João Vitor Albuquerque. Vale destacar que, atualmente, cada desembargador já possui cinco votistas, além do assessor, enquanto que o juiz substituto não possui nenhum assistente, pois o segundo assistente das varas trabalha junto ao juiz titular. “Não deixa de ser uma vitória para o tribunal, juízes, assistentes e, em última análise, para o jurisdicionado que, desde a criação dessas funções, tem visto o resultado do seu processo acontecer de forma mais rápida, ” acrescenta.

Desde o início, a luta pela manutenção da função contou com total apoio da direção do

Sisejufe. “A função do sindicato é defender o trabalhador que está sendo vitimado pela ação da administração. Tal instabilidade funcional só gera desestímulo, só intensifica a busca por concursos melhor remunerados, onde o servidor seja mais estável e mais respeitado, ou seja, só contribui para o sucateamento da Justiça do Trabalho”, afirma o diretor do Sisejufe e servidor do TRT, Amauri Pinheiro. Em outubro do ano passado, o sindicato fez uma reunião com uma comissão de dez servidores do TRT, que representou os funcionários que exercem a função de secretário especializado de juiz, lotados na Corregedoria para atuar junto ao 1º grau.

Essa função foi criada em dezembro de 2014, pelo Órgão Especial, e validada pelo Con-

selho Nacional de Justiça (CNJ) por considerar que a iniciativa tinha o intuito de dar concretude à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (Resolução CNJ 194).

Em reunião em outubro de 2016 no Sisejufe, os servidores manifestaram preocupação de o CSJT orientar pela extinção da função. Eles se habilitaram ao exercício das tarefas, fizeram cursos, passaram por treinamento e seleção. Muitos são egressos da Administração e outros deixaram suas funções nas varas para se dedicar às novas tarefas, explanaram os presentes. O Sisejufe ofereceu apoio político e jurídico à causa.

Sob tom lilás, Rio protesta contra a violência às mulheres e as reformas previdenciária e trabalhista

Dia da Mulher Concentração começou na Candelária no fim da tarde e percorreu a Rio Branco

Max Leone*

O tom lilás invadiu as ruas do Centro no Rio no dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher. Trabalhadoras, mães, filhas, ativistas, estudantes, sindicalistas, feministas participaram da passeata em protesto contra o machismo, a violência às mulheres e os ataques aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras proporcionados pelas políticas governamentais. Os focos dos protestos foram as propostas de reformas da Previdência e Trabalhista. No caso da PEC 287, que muda as regras da aposentadoria, as trabalhadoras serão as mais prejudicadas, tanto as da iniciativa privada quanto as servidoras públicas.

A manifestação foi organizada por entidades que compõem o 8M Brasil, movimento que faz parte do grupo que organizou a Greve Internacional de Mulheres, e que no 8 de março promoveu paralisações em pelo menos 50 países. No Brasil, o 8M fez atividades em 60 cidades com o mote “Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós” em prol dos direitos femininos.

O ponto central das manifestações, inclusive no Rio, foi a Reforma da Previdência proposta pelo governo Temer. A Reforma Trabalhista, que precariza os direitos dos trabalhadores e ainda mais das mulheres trabalhadoras, também foi alvo dos protestos. As manifestantes cobraram o fim do machismo e da violência contra as mulheres. Os gritos contra a cultura do estupro e do feminicídio ecoaram durante todo o percurso do ato no Centro do Rio, nas vozes de mulheres e homens que lá estiveram dando apoio.



Direção do Sisejufe se destacou pela presença de diretoras, diretores, funcionárias e funcionários do sindicato na manifestação no Dia da Mulher

Entre as diversas entidades de classe, estudantis e partidos políticos que participaram do movimento, a direção do Sisejufe se destacou pela presença de diretoras, diretores, funcionárias e funcionários do sindicato. Servidoras do Judiciário Federal do Rio e de outras categorias profissionais também estiveram presentes à passeata, a grande maioria vestida de lilás.

“A luta é pela igualdade, sob todos os aspectos. É pelo direito da mulher se comportar como desejar, fazer o que bem entender, ser o que ela quiser: mãe, dona de casa, trabalhadora, militante, sindicalista. A luta é pela liberdade”, defendeu Fernanda Lauria, diretora do Sisejufe.

A concentração começou na Candelária no fim da tarde e percorreu a Avenida Rio Branco. Levando várias faixas e cartazes e gritando palavras de ordem pelo fim da violência contra a mulher, contra a Reforma da Previdência, e entre outros pontos, as manifestantes não pouparam críticas ao governo Temer e ao governa-

dor Luiz Fernando Pezão, ambos do PMDB.

Os dados de violência contra a mulher são estarrecedores. Segundo levantamento recente do Instituto de Segurança Pública (ISP) da Secretaria Estadual de Segurança, somente no ano passado, a cada 12 minutos, uma mulher foi vítima de agressão física no Estado do Rio de Janeiro. Do total dos registros de ocorrência de agressão feitos em 2016, 64% das vítimas eram mulheres.

Os números apontam que duas mulheres por dia procuraram uma delegacia para registrar algum tipo de assédio. Os dados constam das análises preliminares do Dossier Mulher, que será divulgado e traz informações relativas à violência contra a mulher no Rio. Cotidianamente, milhares de mulheres são vítimas de lesão corporal dolosa, ameaça, assédio sexual, atentado violento ao pudor, estupro,

homicídio doloso e violência doméstica.

Na avaliação da diretora-presidente do ISP, Joana Monteiro, os números revelam a magnitude do problema. “É preciso conscientizar a população e demandar políticas que venham a reduzir as agressões”, afirma.

*Da Redação, com informações da Agência Brasil.



Rio se mobiliza contra

Mobilização

Passeata contra PEC 287 reúne 100 mil pessoas para evitar ataques aos direitos dos trabalhadores. Servidores do Judiciário Federal marcam presença na manifestação

Cristiane Vianna Amaral*
e Aline Souza**

A população do Rio, trabalhadores em geral, entre eles os servidores do Judiciário Federal no estado, deram grande demonstração de que a política do governo Temer de ataque aos direitos adquiridos dos trabalhadores sofrerá resistências e não será implementada com tanta facilidade. Nem mesmo a violência da Polícia Militar do governador Luiz Fernando Pezão foi capaz de diminuir o ímpeto e a vontade dos manifestantes que fizeram passeata pacífica no dia 15 de março contra a Reforma da Previdência. O protesto no Centro do Rio reforçou os atos que ocorreram em diversas capitais e no interior do país contra a PEC 287/2016 que trata da reforma e prevê, entre outros pontos, o aumento da idade mínima para a aposentadoria aos 65 anos de idade, tanto para homens quanto para mulheres. No Rio, cerca de 100 mil pessoas participaram da caminhada da Candelária à Central do Brasil, local em que houve confusão com a PM e que se espalhou por toda a área central da cidade.

A mobilização dos servidores do Judiciário Federal, promovida pelo Sisejufe nos locais de trabalho, começou às 15h. Em frente ao prédio da Justiça Federal da Rio Branco, por exemplo, o diretor-presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves, convocou a categoria para a manifestação geral. Grupos de Volta Redonda e do TRE Sede, na Presidente Wilson, se uniram e partiram em caminhada em direção à Candelária.

Na sede do TRF, na rua do

Acre, os diretores Ronaldo das Virgens, Soraia Marca, Lucena Pacheco e Mariana Liria, entre outros, participaram do ato na frente ao prédio. “Precisamos reagir a todo e qualquer ataque contra os direitos dos trabalhadores”, salientou Ronaldo. Mariana destacou os efeitos nefastos da reforma para as mulheres. A PEC iguala as condições de aposentadoria entre homens e mulheres desconsiderando totalmente a chamada “dupla jornada da mulher” e não apresenta nenhuma medida compensatória.

Em frente ao Foro Venezuela, o representante de base Flavio Pietro chamou a atenção para os aspectos da reforma que beneficiam o setor financeiro. Também participaram de atividade, o diretor Marcelo Neres, a servidora Josélia dos Reis, entre outros. No TRT, na rua do Lavradio, os servidores reivindicaram a manutenção dos direitos trabalhistas já adquiridos evocando palavras de ordem como “Nenhum Direito a Menos” e “Fora Temer”.

Em Volta Redonda, a mobilização dos servidores do Judiciário Federal começou às 5h30, em frente à CSN. Eles integraram a Frente Unificada contra as Reformas Previdenciária e Trabalhista, que reúne mais de dez sindicatos, centrais sindicais e associações. Às 7h30, a concentração foi na porta do prédio do INSS. Em seguida, se uniram a manifestantes de outras cidades da região e fecharam a Rodovia 393. No início da tarde, saíram rumo à capital para participarem da passeata. Servidores de outras regiões do estado também fizeram manifestações, como em Itaboraí, Tanguá e Campos dos Goytacazes.



Reforma da Previdência

Manifestação pacífica sofre repressão da PM

Na Avenida Presidente Vargas, próximo à Candelária, mulheres, pessoas idosas, trabalhadores e trabalhadoras, filhos com seus pais, mães com crianças de colo, muitos jovens secundaristas protestaram. Era possível ler muitos cartazes e faixas que anunciavam a mesma mensagem: Somos contra a Reforma da Previdência.

Ana Raquel, 40 anos, militante feminista, estava na multidão. Sua motivação era luta contra o ataque aos direitos dos trabalhadores e das mulheres. Ela também se inspirava em sua mãe. “Eu penso muito na minha mãe, que faleceu há alguns anos. Ela se aposentou aos 61 anos e morreu aos 64. Se essa reforma passa, ela hoje não poderia se aposentar”, desabafou.

Sônia, 57, e sua amiga Elizabete, 65, defendiam também a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que há alguns anos sofre sem recursos do governo do estado para manter serviços básicos. “Apesar de ter condições de me aposentar, estou aqui hoje me posicionando contra a Reforma da Previdência pelos jovens e pelas mulheres, gente que vai trabalhar até o fim da vida se for aprovado esse projeto”, disse Sônia. “Queremos que o estado assuma sua responsabilidade constitucional com a educação pública”, disse Elizabete.

Violência policial

A violência policial contra manifestantes do ato pacífico foi condenada pela direção do Sisejufe, que cobrará das autoridades a punição dos responsáveis. No começo da noite de 15 de março, houve as primeiras explosões de bombas. A repressão policial começou, após um grupo de mascarados atacar a Guarda Municipal da Central do Brasil. Armados com pedras e morteiros, eles alvejaram a cabine da GM e depois os próprios guardas, que revidaram com bombas de “efeito moral” e gás lacrimogêneo indiscriminadamente. Os mascarados espalharam o terror pela Avenida Presidente Vargas, montando barreira de fogo em frente à sede do Sisejufe, que fica próxima à Rua Uruguaiana. A agência bancária ao lado do sindicato também foi depredada. A PM reagiu violentamente sem distinguir quem provocou a confusão.

*Da Redação

**Especial para o Sisejufe

Ato no TRT repudia propostas de Temer enviadas ao Congresso

O Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência, em 15 de março, também foi marcado por um ato em frente ao Tribunal Regional do Trabalho da Lavradio. A paralisação enfocou a proposta de Reforma Trabalhista, outra ameaça aos direitos dos cidadãos. O diretor do Sisejufe Amauri Pinheiro afirmou que só a união das classes trabalhadoras e dos servidores públicos, juntamente com a sociedade civil, tem o poder de impedir que o projeto da Reforma seja aprovado. “Somos contra a aprovação dessas reformas, elas em nada beneficiam o trabalhador: ao contrário, retiram seus direitos, ludibriando com uma propaganda enganosa na televisão e nos jornais”, afirmou.

Para o diretor do Sisejufe Ricardo Quiroga, a Re-

forma da Previdência destrói os direitos conquistados na Constituição de 1988. “É um governo ilegítimo que, sem base popular, quer destruir o serviço público.” O diretor destacou a necessidade de unificar os servidores do Judiciário Federal. “Só a mobilização pode derrubar a reforma. As emendas visam apenas disfarçar um projeto muito ruim para todos os trabalhadores e trabalhadoras”, avaliou.

Quiroga criticou ainda os ataques à Justiça do Trabalho. “Se a Reforma Trabalhista for aprovada, vamos retroceder aos tempos da República Velha”, comparou.

O ato reuniu diversas entidades. Além dos diretores do Sisejufe, estiveram presentes os representantes do Sindicato dos Advogados, José Antonio Fachada; da OAB/RJ, Kique Carvalho; da Comissão de Direito Sindical

da OAB/RJ, Aderson Bussinger; da Comissão da Justiça do Trabalho da OAB, Clarissa Cunha; da Associação dos Juízes Federais/RJ, Fabrício Fernandes; da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Ronaldo Callado, da CUT Rio, Marcelo Rodrigues; e também da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e do Movimento dos Advogados pelas Liberdades Democráticas.

Em seguida ao ato, que reuniu cerca de 70 pessoas, o grupo seguiu com equipamento de som pelas avenidas Chile e Rio Branco, onde conversou com a população e distribuiu material informativo, para se integrar a grande massa que já estava concentrada na Avenida Presidente Vargas, próximo à Candelária.



Além dos diretores do Sisejufe, participaram da manifestação representantes de várias entidades

Direção do Sisejufe rebate ataques do presidente da Câmara à Justiça do Trabalho

Mobilização

Declaração de Rodrigo Maia provocou fortes reações no meio sindical e jurídico

A declaração do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que defendeu que a Justiça Trabalhista deveria ser extinta, provocou fortes reações no meio sindical e jurídico.

A direção do Sisejufe rechaçou veementemente a postura do parlamentar e até mesmo o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Ives Gandra Martins da Silva Filho, também se posicionou contrário à posição do deputado. Entidades representativas de juízes, como a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e o Colégio de Presidentes e Corregedores de Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprec), também reagiram e repudiaram a manifestação do presidente da Câmara, considerando que as afirmações de Maia “ofendem” os juízes. A direção do sindicato emitiu nota de repúdio à declaração do presidente da Câmara.

Leia a nota:

“Mais uma vez o deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, preposto do governo Temer no Congresso, resolveu atacar a Justiça do Trabalho e os direitos dos trabalhadores. Ao afirmar que a JT não deveria existir e que é responsável pelo desemprego (sic), o deputado age de má fé e demonstra que defende os interesses dos exploradores e é totalmente contra a classe trabalhadora.

Ao dizer que a CLT deve ser radicalmente alterada a ponto de se tornar inócua, Rodrigo Maia apenas mostra que deseja precarizar, ao máximo, as relações de trabalho, permitindo uma verdadeira lei da selva. Certamente, se possível, revogaria até a Lei Áurea.

O parlamentar é um representante da oligarquia que há séculos busca viver do trabalho alheio e usa o Estado para seus interesses escusos em detrimento da sociedade. Por nunca ter trabalhado (aliás praticamente só atuou na política partidária ao longo da vida), Rodrigo Maia se dá ao luxo de querer destruir toda a legislação que, desde a CLT até



Mobilização dos servidores: a direção do Sisejufe não se calará diante dos ataques ao Judiciário

a Constituição Cidadã de 1988, tem buscado proteger os trabalhadores e garantir um mínimo de relações justas no conflito Capital x Trabalho.

O deputado do DEM é o porta-voz de um projeto ilegítimo que não passou pelo crivo popular, pelo sufrágio universal ou qualquer tipo de consulta democrática.

O Sisejufe repudia mais essa agressão aos trabalhadores da iniciativa privada e aos servidores da Justiça do Trabalho, que têm cumprido um papel fundamental na garantia do acesso ao Judiciário na busca do respeito aos direitos trabalhistas. Não nos calaremos diante desse ataque brutal ao Estado Democrático de Direito e aos direitos dos trabalhadores.

Resistiremos e denunciaremos cada uma dessas tentativas de destruição desse segmento fundamental do Judiciário.

Não nos deixaremos intimidar pelo presidente da Câmara, aliado de Eduardo Cunha e do presidente Temer, todos citados várias vezes em investigações de casos de corrupção.

Nenhum direito a menos!”

